

29 JAN 1981

CORREIO BRAZILIENSE

Oposição ainda deve modelo, diz o PDS

O PMDB continua devendo à nação uma proposta de política econômica que possa representar uma alternativa. Foi a essa conclusão que chegou o Partido Democrático Social, após uma análise do documento anunciado pelo Deputado Ulysses Guimarães e publicado pelo Correio Brasiliense em sua edição de ontem. Uma nota de resposta aos oposicionistas, assinada pelo presidente do PDS, Senador José Sarney, foi divulgada ontem pelo comando do partido.

Como o presidente nacional do partido do Governo viajou na manhã de ontem para a Paraíba, o Secretário-Geral Prisco Viana ficou encarregado de complementar o texto e de distribuí-lo à imprensa. Um esboço da nota fora preparado pelo próprio José Sarney e, após um reexame da íntegra, o Deputado Prisco Viana pôde dar por concluído o trabalho.

A íntegra da nota distribuída pelo PDS é a seguinte:

Examinado com a atenção que deve merecer toda manifestação oposicionista, a primeira conclusão a tirar do documento produzido pelo presidente do PMDB, divulgado em parte pela imprensa é a de que esse Partido continua devendo à Nação a proposta de uma política econômica alternativa da oposição.

Não se encontra no documento um conjunto compatível de medidas que se qualifique como alternativa aos rumos indicados hoje pelo Governo à atividade econômica do País. Ao contrário, além de demagógico, o documento é contraditório, ao esquecer-se de que em Economia "ambos" não é resposta para "qual dos dois?".

Examinemos os principais aspectos levantados pelo PMDB em seu documento.

1. Ao afirmar que o Governo responsabiliza exclusivamente o preço do petróleo pelo processo inflacionário brasileiro recente, o Partido oposicionista revela desinformação e comete grave injustiça. Há meses, os Ministros da área econômica vêm enfatizando, além dos fatores mencionados pelo citado documento (desempenho insatisfatório da agricultura e custos elevados das importações), o papel desempenhado na aceleração inflacionária pelo déficit governamental e pela política salarial, por menos popular que seja esta amarga verdade. O que merece ser realçada é a posição realista e objetiva do Governo em relação à política salarial: apesar de sabê-la inflacionária não está disposto a dela abrir mão pela sua importância na meta de promover uma distribuição mais justa dos frutos do nosso crescimento. Confrontado com o dilema entre menor inflação e melhor distribuição de renda o Presidente Figueiredo optou, conscientemente, pela segunda alternativa, neste aspecto de sua política.

2. Quanto ao desempenho do setor agrícola o documento implicitamente parece reconhecer que este Governo vem efetivamente atuando no sentido de colocá-la em condições de desempenhar seu papel primordial no processo de desenvolvimento e autonomia nacional. A crítica dirige-se ao perigo do PROALCOOL expulsar culturas

alimentares, no afã governamental de libertar-nos da dependência do petróleo.

Realmente, se o Governo não estivesse alerta para o problema, as preocupações do PMDB seriam justificadas. Contudo, desde o início do PROALCOOL zelasse pela sua implementação dentro de parâmetros racionais de regionalização.

Ademais, os dados corroboram o acerto da política governamental e não as críticas da oposição. No Estado de Alagoas, por exemplo, onde houve queda na produção de alimentos no ano passado o que se observou foi uma redução substancial da produção na região do sertão, por condições climáticas, parcialmente compensada por elevação (e não redução!) da produção de alimentos na zona canavieira.

Na verdade, outra vez o PMDB se contradiz: acusa o Governo simultaneamente de inércia na substituição de petróleo e de implementar o PROALCOOL (motivo de admiração mundial reconhecida) muito rapidamente.

3. Em relação ao déficit governamental, o PMDB procura atacar a atual política quando seu arrozoado deveria conduzi-lo a elogiarla. Do lado da despesa pública, acusar de proceder a cortes indiscriminados do dispêndio ao Governo que pela primeira vez implanta no país um controle racional das empresas estatais é outra injustiça clamorosa. Na verdade, gostaríamos de ver apresentada a lista de programas prioritários interrompidos por este Governo. Do lado da receita governamental o documento clama por reforma tributária. Ora, não é crível que os dirigentes do PMDB ignorem todo o elenco de medidas adotadas recentemente para suprir o governo federal e as demais esferas dos recursos necessários às suas atividades prioritárias. Estará, portanto, o PMDB clamando por mais impostos? Que se manifestem seus eleitores sobre esta proposta...

Antes de examinarmos o papel apresentado pelo custo das importações e outras críticas indevidas à administração da nossa dívida externa vamos concordar em alguns princípios elementares de política econômica. O Governo tem manifestado reiteradamente sem comprometimento com o desenvolvimento justo e tão acelerado quanto possível da nossa economia. Visto como um todo, nosso aparelho produtivo pode crescer tão rapidamente quanto seja permitido pelo crescimento de nosso insumo limitativo: nossas importações. Ora, o volume das nossas importações fica definido pelo valor das nossas exportações e pela nossa capacidade de endividamento. Portanto, ao respondermos à elevação de preço do petróleo promovendo a expansão das nossas exportações e valendo-nos da poupança externa estamos motivados mais uma vez pela necessidade de promover padrões cada vez mais elevados de vida a nossa população e fugindo da alternativa ortodoxa da recessão reequilibradora, exatamente ao contrário do que afirma o documento! O Governo não flutua apenas a nível da retórica: em 1980 nossas exportações cresceram em 30% (trinta por cento), PIB em mais de 8% (oitavo por cento) e man-

tivemos constante o valor da nossa dívida externa, em termos reais. Um desempenho simplesmente excepcional na atual conjuntura internacional. Um instrumento fundamental deste sucesso foi a maxidesvalorização de dezembro de 1979, apesar de seus óbvios efeitos inflacionários. Assim, enquanto o PMDB deleita-se em críticas contraditórias, reivindicando "controles seletivos e criteriosos" das nossas importações, o Governo consistentemente exerce sua opção no sentido de absorver contingentes adicionais de trabalhadores. Aguardamos, contudo, com ansiedade a lista de itens supérfluos que o PMDB gostaria de ver eliminados da nossa pauta de importações: petróleo, trigo ou microscópios eletrônicos?

Acusa o PMDB ainda o Governo de haver se decidido por uma recessão ao se encetar a campanha da poupança, com o seguinte argumento: aumenta a Poupança, cai o Consumo, cai o Investimento e a Renda, gerando-se a recessão. A lentidão do raciocínio do autor do documento é realmente alarmante. Presos a chavões, esquecem-se dos seus primeiros exercícios em macroeconomia. Na realidade, o que o Governo está propondo é: aumentar Poupança, cai o Consumo. Cai o Consumo, aumenta a Exportação e o nível de Renda não tem por que cair, não ocorrendo, pois, recessão! Não há como evitar este movimento do Consumo para a Exportação no momento econômico atual, se quisermos evitar a recessão, diminuir a necessidade de recursos externos e atenuar as desconfortáveis pressões inflacionárias atuais.

Vale, aliás, ressaltar mais esta inconsistência oposicionista: o documento diz textualmente:

"um Governo legítimo e democrático evitará a recessão mediante uma política de controle seletivo da demanda, de modo a poupar importações; utilizará melhor os recursos externos disponíveis (...). Em suma, a política corretiva há de ser seletiva e não global e indiscriminada".

A estratégia de política econômica enunciada na frase citada reflete com rara felicidade exatamente a que o atual Governo adotou, desde sua posse. Realmente, o "controle seletivo da demanda, de modo a poupar importações" através da redução do Consumo, da expansão das Exportações e das atividades substitutivas de petróleo, o gerenciamento eficiente das nossas contas externas, a disciplina do gasto público constituem-se nos pilares da atual política econômica, juntamente com o intuito de evitar a recessão!

Quanto ao caráter legítimo e democrático do Governo Figueiredo deixemos que a História passe o julgamento, ao ponderar com a sobriedade que tem faltado à oposição qual o significado para o País do inexorável processo de democratização do qual tão prazerosamente todos nós brasileiros estamos desfrutando nos últimos